ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS

Claudia Job Schmitt*

Ao longo da última década, diversos eventos contribuíram para evidenciar as complexas articulações existentes entre processos econômicos, ecológicos, políticos e sociais, não somente em nível global, mas em diferentes escalas territoriais.

A crise alimentar ocorrida no período de 2006 a 2008, cuja expressão mais visível foi a alta dos preços de diversos produtos da cesta básica, expôs as contradições de um modelo de produção e consumo altamente centralizado[1] e marcado por profundos desequilíbrios em sua relação com os ecossistemas naturais. A crescente demanda por alimentos em países emergentes, a alta nos preços do petróleo, eventos climáticos extremos comprometendo colheitas em importantes regiões produtoras, oscilações de mercado geradas pela conversão dos alimentos em ativos especulativos, a competição por terra e água entre cultivos energéticos e cultivos alimentares, entre outros elementos, impactaram os preços dos alimentos, resultando em uma significativa ampliação do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Informações recentes publicadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO),[2] referentes ao ano de 2009, estimam a existência de 1,02 bilhão de pessoas com fome no planeta. O índice é o pior desde 1970 e já reflete os efeitos da recente crise econômica global (FAO, 2009, p. 4).

As relações entre economia, sociedade e meio ambiente adquiriram centralidade no debate internacional sobre mudanças climáticas. O IV Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas mostrou-se suficientemente contundente ao afirmar que uma parcela considerável do aumento observado na temperatura média global desde meados do século XX provém de uma elevação da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta, de origem antropogênica (IPCC, 2007, p. 72). Diversos estudos têm chamado atenção para o fato de que as consequências geradas pelas tensões e desastres climáticos causados pelo aquecimento do planeta não serão distribuídas de forma igualitária.[3] Populações urbanas em situação de pobreza, camponeses e agricultores familiares, indígenas, negros, mulheres, grupos aos quais por vezes se faz referência de forma genérica como os "pobres" ou "marginalizados", situam-se entre os mais vulneráveis, com níveis de exposição que variam segundo sua região de origem, mas, também, de acordo com as redes sociais que são capazes de mobilizar na reprodução de seus modos de vida.[4] Políticas mitigadoras, a depender de sua orientação, poderão, inclusive, agravar as profundas

* Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

1. Estima-se, por exemplo, que 60% dos estoques globais de alimentos sejam controlados por corporações transnacionais. Ver: McMichael, P. A food regime analysis of the "world food crisis". *Agriculture and Human Values*, n. 4, December 2009. p. 281-295.

2. Em inglês, Food and Agriculture Organization of the United Nations.

3. Por exemplo, Mearns, R. e Norton, A. (Eds.). **Social dimensions of climate change**: equity and vulnerability in a warming world. Washington DC: The World Bank, 2009.

4. A crise econômica global mostrou, por exemplo, a importância das remessas monetárias feitas pelos imigrantes visando o sustento de membros da família que permanecem em seus países de origem.

desigualdades existentes entre grupos sociais no acesso à informação, poder político e recursos. Vulnerabilidade, adaptação e mitigação são conceitos políticos, sujeitos a múltiplas formas de interpretação e operacionalização.

Cabe mencionar que, neste início do século XXI, a perspectiva de esgotamento dos combustíveis fósseis como fonte de energia vem se tornando cada vez mais presente. Entre 2003 e 2008 o preço do óleo cru no mercado internacional mais do que triplicou, voltando a cair em 2009. As discussões acerca das causas destas oscilações e das possíveis relações existentes entre os altos custos de extração do petróleo e o quadro de recessão econômica que hoje atinge diversos países do mundo têm sido acirradas.[5] Para além das diferentes posições presentes neste debate, torna-se cada vez mais clara a necessidade de compreender a economia não enquanto um sistema fechado em si mesmo, mas como parte da biosfera, examinando-a, conforme sugere Martínez Alier, como um subsistema de um ecossistema físico e global finito (ALIER, 2003; ALIER, 2007). Está em foco, mais uma vez, a estreita imbricação existente entre economia, ecologia, política e sociedade.

Essa rápida mirada sobre algumas das transformações globais em curso contribui para iluminar uma série de temas que, nos últimos anos, vêm sendo pautados por dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a *economia solidária* e a *agroecologia*.[6] Ambos possuem uma trajetória recente de articulação em nível nacional. O I Encontro Nacional de Agroecologia ocorreu no Rio de Janeiro em 2002,[7] ano em que também foi realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo.

De distintas maneiras, esses movimentos – que muito frequentemente se identificam como redes de redes, espaços de articulação e diálogo ou articulações de movimentos sociais e organizações – têm chamado atenção para uma problemática que se projeta muito além das discussões sobre a "geração de trabalho e renda" ou a "viabilização econômica da agricultura familiar", ao colocarem em sua agenda uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de modos de vida sustentáveis.

As experiências vivenciadas pelos empreendimentos de *economia solidária* e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais. Estas práticas, ao mesmo tempo em que possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes, buscam garantir a sobrevivência de alguns milhares de trabalhadores no contexto de uma economia capitalista. Elas ampliam seu significado se forem pensadas na perspectiva histórica de uma sociedade que começa a enfrentar visíveis impasses nas relações dos homens entre si e destes com a natureza, em uma trajetória na qual períodos de crescimento econômico não foram capazes de alterar, de forma substantiva, a estrutura de direitos de propriedade sobre recursos e serviços ambientais.

5. O sítio *Energy Bulletin* tem mantido um fluxo importante de informações e análises sobre a questão energética, suas perspectivas e implicações. Ver: <http://www.energybulletin.net>. Consultado em janeiro de 2010.

6. Ao longo do texto as palavras *agroecologia* e *economia solidária* aparecem grifadas. É importante destacar que estas noções não se referem a um agente específico e nem a sistemas unificados de princípios e práticas. São aqui compreendidas como campos dinâmicos de relações, nos quais é possível encontrar tanto fatores de unidade quanto fortes expressões de diversidade.

7. Para uma reconstituição detalhada do processo histórico de articulação do campo agroecológico no Brasil, contemplando a trajetória de constituição da Rede Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAs) organizados nos anos 1980, ver Luzzi (2007).

Este texto buscou sistematizar algumas reflexões acerca das relações existentes entre *agroecologia*, *economia solidária* e a construção de modos de vida sustentáveis, tendo como âncora a trajetória recente destes distintos campos de articulação social e política no Brasil. Discutem-se, inicialmente, as possibilidades de uma abordagem centrada na noção de modos de vida sustentáveis como chave de leitura capaz de potencializar as confluências existentes entre estes dois universos práticos e discursivos. São tratados, a seguir, dois temas centrais para o desenvolvimento dos empreendimentos de *economia solidária* e das iniciativas de produção, comercialização e geração de conhecimentos referenciados na *agroecologia*: a relação com os mercados e com as políticas públicas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGROECOLOGIA E MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO BRASILEIRO

Como perspectiva de análise, a abordagem centrada na ideia de modos de vida sustentáveis[8] surge no início dos anos 1990, sobretudo na Inglaterra, tendo como referência os trabalhos de Chambers, Conway e diversos outros pesquisadores.[9] Em um texto que se tornou referência, publicado em 1991, Chambers e Conway observam que um modo de vida compõe-se de pessoas, capacidades e meios de vida, incluindo alimentos, renda e outros recursos, tangíveis ou intangíveis, abarcando, neste último caso, duas dimensões: as reivindicações (em inglês *claims),* baseadas no direito, convenções sociais, obrigações morais ou poder, e o acesso (*access),* compreendido como a oportunidade prática de utilização de um determinado recurso ou ativo.

> Um modo de vida é ambientalmente sustentável quando mantém ou melhora os recursos locais e globais dos quais depende, trazendo benefícios também a outros modos de vida. Um modo de vida é socialmente sustentável quando consegue resistir e recuperar-se de estresses e choques, tornando-se capaz de prover as próximas gerações (CHAMBERS e CONWAY, 1991, p.1).

Capacidades, equidade e sustentabilidade constituem, na visão de Chambers e Conway, dimensões chave de uma abordagem de caráter interdisciplinar que busca pensar o desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento rural, tanto do ponto de vista analítico quanto normativo e prático.

Como parte de um enfoque mais amplo, a noção de modos de vida sustentáveis almejava, já em sua origem, dar conta dos desafios de um mundo marcado por profundas desigualdades econômicas e sociais e por uma população em acelerada expansão, com um número crescente de pessoas vivendo em ambientes ecologicamente frágeis. A abordagem proposta tem como um de seus traços distintivos o reconhecimento da heterogeneidade dos modos de vida, ou seja, das distintas capacidades, recursos (materiais e sociais) e práticas pelas quais os seres humanos garantem o seu sustento e organizam, material e simbolicamente, sua existência. Rejeita-se, com isso, a utilização de um viés modernizante ou setorial na solução de problemas relacionados ao desenvolvimento rural, priorizando o local como foco de análise e evitando "a imposição de divisões e categorias artificiais sobre realidades complexas" (SCOONES, 2009, p. 171).

8. A expressão em inglês *sustainable livelihoods* é, por vezes, traduzida para o português como "meios de vida sustentáveis". Optou-se, aqui, por falar em "modos de vida", noção que parece um pouco mais abrangente, dando menos margem a uma interpretação dos meios de vida simplesmente como recursos materiais.

9. Para uma revisão histórica dos principais debates sobre os modos de vida rurais, incluindo as tensões, ambiguidades e desafios das diferentes abordagens ver Scoones, Ian. Livelihoods perspectives and rural development. *Journal of Peasant Studies*, 36:1, p. 171-196, 2009.

A abordagem centrada nos modos de vida toma como foco as pessoas, sua visão de mundo e sua capacidade de mobilizar diferentes ativos na produção de sua existência. Estes ativos ou recursos, conforme observa Bebbington (BEBBINGTON, 1999), não são vistos, simplesmente, como meios capazes de assegurar a reprodução de um indivíduo ou grupo social. Mais do que isso, eles dão sentido ao mundo em que se vive, figurando como veículos para uma ação instrumental – ganhar a vida –, para uma ação hermenêutica – dar sentido à vida – e para uma ação emancipatória – desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida (BEBBINGTON, 1999, p. 2).

Não é objetivo deste texto dialogar em maior profundidade com o rico acervo de conhecimentos produzidos pelos diferentes atores engajados no desenvolvimento dessa abordagem, tanto no plano teórico-conceitual quanto em nível metodológico. É importante destacar, no entanto, que a noção de modos de vida sustentáveis inspirou a criação e implantação, nos diversos continentes, de um amplo conjunto de experiências de promoção do desenvolvimento baseadas em metodologias participativas, configurando-se enquanto um campo prático e discursivo heterogêneo, no âmbito do qual se colocam em confronto diferentes atores (organizações não governamentais, pesquisadores, agências multilaterais de desenvolvimento, movimentos sociais, gestores públicos).

O que se procura ressaltar, para efeitos deste texto, são as possíveis contribuições dessa perspectiva de análise para o entendimento da trajetória que vem sendo percorrida pelos empreendimentos de *economia solidária* e pelas iniciativas locais de promoção da *agroecologia* que atualmente se desenvolvem nas distintas regiões do país.

No Brasil, o surgimento (ou ressurgimento) da *economia solidária* adquire maior expressão a partir da década de 1980, tendo como referência um amplo leque de experiências associativas, que passam a se organizar no campo e na cidade. Grupos e associações comunitárias de caráter formal e informal, empresas falidas em processo de recuperação pelos trabalhadores, grupos de finanças solidárias, cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços), associações e cooperativas de agricultores familiares e assentados da reforma agrária são apenas alguns exemplos do diversificado conjunto de organizações que começam a se estabelecer neste período. Foi somente na década de 1990, no entanto, que o termo *economia solidária* passou a ser mais amplamente utilizado, delimitando os contornos de um campo de articulação de pessoas, experiências e organizações engajadas na construção de uma "nova economia", cujo caráter diferenciado poderia ser sintetizado pelos seguintes princípios: *i)* valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos; *ii)* reconhecimento do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica; *iii)* autogestão; e *iv*) construção de redes de colaboração solidária como estratégia de integração entre diferentes empreendimentos.[10]

As informações disponíveis no Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies)[11], atualizadas em 2007, registram a existência, em todo o país, de 21.763 empreendimentos

10. Sem desconhecer o fato de que a *economia solidária* vem sendo construída no Brasil por meio de um diálogo entre distintas interpretações, identificam-se os princípios arrolados como elementos nucleadores, passíveis de serem considerados "transversais" às diferentes visões existentes sobre as características desta nova economia.

11. A construção do Sies foi resultado de uma iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Funciona com base em um modelo de gestão participativa envolvendo representantes do Estado e das organizações da sociedade civil. Para consulta aos dados, ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

de *economia solidária*.[12] Boa parte deles havia iniciado suas atividades entre 1991 e 2007 (89% dos que responderam a essa questão). Entre os empreendimentos identificados, 48% declararam ter como espaço de atuação o meio rural; 17%, áreas urbanas e rurais e 35%, apenas o meio urbano. Chama, também, atenção, a importância das atividades relacionadas à agricultura na sustentação econômica destes empreendimentos. Em meio às cinquenta atividades econômicas mais citadas pelos entrevistados aparecem, em primeiro e segundo lugar, respectivamente, *atividades e serviços relacionados com a agricultura* e *cultivo de outros produtos de lavoura temporária*. A *criação de animais*, a *fabricação de farinha de mandioca e derivados*, o *cultivo de cereais para grãos*, o *beneficiamento de arroz* e a *fabricação de produtos de arroz* também figuram na lista. Ainda segundo este levantamento, entre os dez principais produtos e serviços gerados pelos empreendimentos de *economia solidária*, seis deles (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, leite e hortigranjeiros) são produtos agrícolas.

A imagem que se projeta a partir dessas informações é a de uma *economia solidária* em expansão, presente tanto no meio urbano quanto nas áreas rurais, na qual as atividades ligadas à agricultura desempenham um papel bastante significativo. Os dados não permitem uma análise da sustentabilidade das organizações. Algumas das informações levantadas pelo Sies em relação ao perfil dos empreendimentos despertam, no entanto, a atenção. Quando inquiridos acerca dos elementos que motivaram a criação destes empreendimentos, boa parte dos respondentes (aproximadamente 75% deles) elencou, em primeira ordem, objetivos "mais imediatos" ligados à sobrevivência material: *uma alternativa ao desemprego* (31,5%), *obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo* (15,6%), *uma fonte complementar de renda* (14,3%), *condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios* (13,4%), *recuperação pelos trabalhadores de empresa que faliu* (0,4%). Respostas como *desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades*, *motivação social, filantrópica ou religiosa*, *desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos* e *alternativa organizativa e de qualificação* foram menos frequentes.

Em relação ao faturamento mensal, cerca de 60% deles declararam faturar até R$ 5 mil por mês. Aproximadamente 72% dos empreendimentos afirmaram que, no ano anterior, os resultados da atividade econômica (sem contar as doações de recursos) haviam permitido ou pagar as despesas e ter uma sobra ou, simplesmente, pagar as despesas. Em 15% dos casos os resultados econômicos obtidos não haviam possibilitado o pagamento das despesas. Em relação à remuneração mensal dos sócios do empreendimento, 49,7% dos grupos formais e informais entrevistados remuneravam seus sócios, 31% deles com remunerações de até um salário mínimo. Mais da metade dos empreendimentos (52%) havia tido acesso a crédito nos últimos doze meses e 39% deles haviam realizado investimentos neste período.

No que diz respeito à "responsabilidade ambiental" dessas organizações, no Atlas da Economia Solidária 2007[13] foi estruturada uma seção específica sobre o tema. Um número total de 6.144 empreendimentos, boa parte localizada na região Nordeste do país, declararam desenvolver uma produção sem agrotóxicos. O tratamento dos resíduos gerados pela atividade do grupo era realizado em 7.121 empreendimentos e 634 empreendimentos tinham como prática o reaproveitamento de materiais.

12. Segundo Motta (2006), os empreendimentos de *economia solidária* foram definidos no guia de procedimentos do Sies como: *i*) organizações coletivas suprafamiliares; *ii*) cujos participantes exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos recursos; *iii*) desenvolvendo atividades permanentes, não se configurando como práticas eventuais; *iv*) que dispõe ou não de registro legal; *v*) em que a atividade econômica é a razão de ser do empreendimento; e *vi*) singulares ou complexas.

13. Ver: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>. Consultado em janeiro de 2010.

Essa rápida avaliação do perfil dos empreendimentos de *economia solidária* permite levantar algumas questões acerca das relações existentes entre a *economia solidária* – como movimento social e como forma de organização econômica – e a promoção de modos de vida sustentáveis.

Uma primeira observação diz respeito ao lugar ocupado pelo debate sobre sustentabilidade, particularmente sobre sustentabilidade ambiental, na agenda da *economia solidária*, tanto no contexto das organizações da sociedade civil quanto no âmbito das políticas públicas.

No relatório final da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que congrega hoje, em nível nacional, organizações pertencentes a três segmentos distintos – empreendimentos solidários, entidades de assessoria ou fomento e gestores públicos articulados em rede –, o termo sustentabilidade é utilizado por diversas vezes, e com vários sentidos. Na seção referente aos debates sobre "o desenvolvimento que queremos", a sustentabilidade (ambiental ou em um sentido mais amplo) aparece indicada como uma palavra chave nos debates, mencionada por dez grupos. Em outras partes do documento, esta mesma noção aparece associada à sustentabilidade dos empreendimentos de *economia solidária*. Em outros momentos, o termo sustentabilidade é empregado como um sinônimo de sustentação financeira.[14]

Ainda se sabe muito pouco, entretanto, acerca da sustentabilidade dos diversos tipos de empreendimentos solidários e do papel que eles representam na reprodução econômica e social dos trabalhadores e das famílias engajadas em sua construção. A organização do Sies teve como objetivos principais: identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio; assessorar e fomentar a *economia solidária*; fortalecer e integrar estes empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizacionais, dando visibilidade à *economia solidária;* e subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico adequado à *economia solidária*.[15] Sua constituição foi, sem dúvida, um passo extremamente importante, por um lado, na construção da *economia solidária* como campo de articulação social e política; por outro, na geração de subsídios à formulação e implantação de políticas públicas. As informações contidas neste sistema fornecem algumas pistas, particularmente no que se refere à sustentabilidade econômica destes empreendimentos, sua capacidade de gerar empregos, acessar fontes de financiamento e de "manter suas contas em dia". Informações sobre as dimensões ecológicas associadas à sustentabilidade destes empreendimentos (origem da matéria prima, práticas de manejo dos recursos naturais, fontes de energia utilizadas, formas de tratamento e destinação dos resíduos, condições ambientais vigentes no local de trabalho, entre outras) são mais reduzidas.Não há dúvida, no entanto, de que um debate mais profundo sobre sustentabilidade ambiental no contexto da *economia solidária* remete, necessariamente, a uma discussão sobre a democratização do acesso a bens e serviços ambientais no conjunto da sociedade, o que não significa que as formas de manejo destes recursos e suas consequências para as gerações futuras devam ser negligenciadas no contexto desta nova economia.

Para além da análise dos empreendimentos de *economia solidária* propriamente ditos, avista-se a necessidade de uma reflexão acerca do papel destes empreendimentos na promoção de modos de vida sustentáveis, compreendendo que os recursos ou ativos que as pessoas mo-

14. Menciona-se, aqui, o Relatório da IV Plenária do FBES, entendendo que ele reflete, em boa medida, o nível dos debates que vêm sendo travados pelos atores engajados na construção da *economia solidária* no Brasil. FBES (2008).

15. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria no 30, de 20 de março de 2006. Anexo I. Sistema de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_portaria.asp>.

bilizam na produção de sua existência nem sempre se traduzem em equivalentes monetários. Conhecimentos, capacidades e a possibilidade de gerenciar e desenvolver uma determinada base de recursos – a exemplo do que ocorre no caso dos camponeses e agricultores familiares em sua relação com a terra, a água e a biodiversidade – são dimensões importantes para a sustentabilidade dos modos de vida e para a construção de uma relação de maior autonomia frente aos mercados.[16] Associações, cooperativas e redes podem constituir, ou não, mecanismos de geração de autonomia, potencializando recursos e complementaridades em níveis mais altos de agregação.

Nesse sentido, uma importante fonte de reflexão são as experiências de produção, comercialização e geração de conhecimentos, identificadas com os princípios e práticas da *agroecologia* e que, assim como a *economia solidária*, formam, atualmente, um campo político e social de articulação e experimentação.

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o questionamento às bases científicas da chamada *agricultura convencional*[17] teve como um de seus resultados o fortalecimento de um conjunto heterogêneo de iniciativas de abrangência local e territorial incluindo: redes de agricultores experimentadores; circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou originários de sistemas produtivos *em transição*; acordos comunitários de pesca ou de manejo de terras de uso comum; bancos comunitários de sementes, apenas para citar algumas.

O termo *agroecologia* passou a ser mais utilizado a partir do início dos anos 1990, designando uma disciplina científica ou campo de conhecimento (GLIESSMAN, 1997), o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva (GUZMÁN, 2006) ou, ainda, uma "ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura" (MMC Brasil, s/d). Esta abordagem, de caráter interdisciplinar, e que tem como um de seus pressupostos a articulação entre o saber científico e o chamado saber popular, passou a se configurar como um referencial aglutinador de um amplo conjunto de práticas, sentidos e identidades, que emergem a partir de múltiplas trajetórias de crítica e contestação aos modos de organização impostos pela modernização conservadora brasileira, mas que não se reduzem, em sua diversidade, a uma possível "identidade agroecológica".[18]

De uma forma um pouco similar ao que ocorre com os empreendimentos de *economia solidária* no que diz respeito à autogestão e ao controle sobre os meios de trabalho, as iniciativas socioambientais baseadas em um enfoque agroecológico enfrentam o desafio de construir "uma nova agricultura", em uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas. Apesar de incorporarem, como princípio fundador, a questão da sustentabilidade ambiental, operam, na grande maioria dos casos, em uma permanente

16. A palavra autonomia busca, neste estudo, expressar uma maior capacidade de controle e gestão das relações com o mercado, e não alimentar a ideia de uma "economia autárquica".

17. Uma "agricultura convencional" pode ser identificada, genericamente, como uma agricultura baseada em variedades de plantas e raças de animais melhoradas pela pesquisa científica (com utilização, no período mais recente, também de variedades transgênicas) e caracterizada por uma elevada dependência em relação a insumos químicos e fontes de energia derivadas de combustíveis fósseis. Este modelo de agricultura tem como matriz original as tecnologias internacionalmente disseminadas através da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970.

18. Entende-se que a referência à agroecologia não busca se sobrepor a identidades socioculturais específicas (catingueiros, geraiseiros, ribeirinhos, faxinalenses, entre outras) ou invalidar expressões que buscam identificar determinadas práticas de manejo dos agroecossistemas (agricultura ecológica, extrativismo sustentável, manejo florestal comunitário, policultivos), carregadas de significado em seus contextos de origem.

tensão entre a incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos e as pressões diretas e indiretas exercidas pelo mercado e por diferentes agentes sociais sobre suas formas diferenciadas de organização.

É difícil dimensionar, de uma forma mais exata, a capilaridade e a abrangência das iniciativas de base referenciadas nos princípios da *agroecologia* que hoje se encontram em andamento nos diferentes biomas brasileiros. O esforço de identificação e mapeamento das experiências em *agroecologia*, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2006 e consolidado na construção do *Mapa das Expressões da Agroecologia* registrou, em um trabalho de apenas alguns meses, a existência de 1.011 iniciativas locais em andamento no período de realização da pesquisa. Novas experiências vêm sendo cadastradas no sistema *Agroecologia em Rede.*[19] Ainda que a promoção dessas iniciativas não tenha adquirido uma maior centralidade como um objetivo de política pública, iniciativas como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)[20] e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[21] têm contribuído para potencializar muitas das experiências em andamento, incorporando conceitos que buscam promover modos de vida sustentáveis (como no caso da Convivência com o Semiárido) e estimulando, em diferentes contextos, formas de relação com o mercado que conseguem ampliar a capacidade de gestão dos agricultores sobre os processos de comercialização (como no caso de muitas experiências desenvolvidas através do PAA).

AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A RELAÇÃO COM O MERCADO E COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A título de conclusão, julga-se importante acrescentarem-se, aqui, algumas observações acerca das relações dos agentes vinculados à *economia solidária* e à *agroecologia* com o mercado e com as políticas públicas.

A construção de relações de mercado capazes de ampliar a capacidade de gestão de agricultores(as) e empreendedores(as) sobre os processos de comercialização, gerando, ao mesmo tempo, resultados econômicos mais efetivos, é, sem dúvida, um dilema comum a ambos os campos. Neste terreno, muitas são as vulnerabilidades, entre as quais: falta de mecanismos adaptados de financiamento à produção; dificuldade em manter produtividade, qualidade e regularidade na oferta de produtos e serviços; conflitos que emergem na gestão dos empreendimentos; limites na manutenção, ao longo do tempo, de vínculos com os consumidores; tensões entre a lógica de operação de determinados circuitos de comercialização e os valores e princípios que dão identidade ao empreendimento; baixa capacidade de atuação "em rede".

O dilema dos mercados não se limita à questão dos produtos, colocando em jogo as relações que perpassam a produção, o processamento e a distribuição daquilo que é produzido.

19. Ver: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>. Consultado em janeiro de 2010.

20. Para mais informações, ver: <www.mds.gov.br e http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150>. Sítios consultados em janeiro de 2010.

21. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, e tem como objetivo incentivar a agricultura familiar através de ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo coordenado por um grupo gestor do qual participam diferentes ministérios, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na prática, o programa possibilita a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, comercializados, na grande maioria dos casos, através de asociações e cooperativas, e sua distribuição a programas sociais. Produtos orgânicos ou agroecológicos contam com um incentivo de preço de até 30%. Segundo estudo realizado pelo Deser (Deser, 2008), foram atendidas pelo PAA, entre 2003 e 2008, 629.274 famílias de agricultores familiares (com possibilidade de repetição de um ano para outro). Para informações técnicas sobre o programa ver: <www.mds.gov.br e www.conab.gov.br>.

A construção de mercados diferenciados, seja para os produtos orgânicos e agroecológicos, seja para os bens e serviços produzidos pelos empreendimentos de *economia solidária*, responde, no entender deste trabalho, de uma forma ainda muito parcial. aos problemas enfrentados por grupos e organizações. Colocam-se algumas questões cruciais: *i)* normas e critérios de enquadramento e certificação que definem quem pode atuar neste circuito de comercialização diferenciado e sua capacidade de incluir ou de excluir do processo determinados agricultores e empreendimentos; *ii)* as relações entre o Estado e a sociedade civil na gestão compartilhada desses mercados; *iii)* a construção desses nichos ou segmentos de mercado e sua relação com questões mais abrangentes relacionadas à gestão dos meios de trabalho e dos bens e serviços ambientais no conjunto da sociedade; *iv)* a sustentabilidade ou insustentabilidade dos atuais padrões de consumo, para além dos limites de segmentos diferenciados; e *v)* a apropriação dos valores imateriais agregados a estes produtos pelos grandes negócios. Importante dizer, no entanto, que ao problematizar-se a temática dos mercados diferenciados, não se está invalidando o rico aprendizado que vem sendo construído neste campo, tanto pelas organizações do campo agroecológico como no contexto da *economia solidária* no esforço de construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Muitas dessas questões se aplicam, ainda que de uma forma um pouco diferente, às experiências de comercialização desenvolvidas pelos agricultores familiares através do mercado institucional, e que pelas dimensões alcançadas representam um acúmulo importante no debate acerca da construção social dos mercados.

As experiências que vêm sendo gestadas por grupos e organizações de camponeses e agricultores através do mercado institucional no Brasil têm possibilitado, no entender do presente estudo, não apenas a construção de um nicho de mercado, mas de ações de política pública que buscam reforçar novas formas de regulação dos mercados existentes, incorporando, de forma bastante avançada, critérios de natureza social e preocupações relacionadas à sustentabilidade ambiental. A diversificação dos sistemas produtivos das unidades de produção familiar vinculadas ao programa, constatada por trabalhos de pesquisa realizados nas mais diferentes regiões do Brasil, não apenas entre agricultores que comercializam produtos agroecológicos mas entre os beneficiários do programa de um modo geral, merece, sem dúvida, um trabalho de investigação mais aprofundado.

A recente aprovação da Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), em processo de implantação, é mais um importante avanço nessa direção. Ela permite a compra sem licitação de produtos da agricultura familiar para atendimento às escolas, em um conjunto mais amplo de diretrizes que têm como eixos orientadores um conceito de alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e o apoio ao desenvolvimento sustentável. Abrem-se, quem sabe, novas possibilidades de adoção, pelas políticas públicas, de princípios de sustentabilidade, não apenas numa ótica de controle e regulação, mas de estímulo a processos ativos de construção de modos de vida sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **Marxism, social metabolism, and ecologically unequal exchange**. Lund University, World Systems Theory and the Environment, p. 19-22, Sept., 2003.

_____. Economia ecológica: levando em consideração a natureza. *In:* ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, p. 41-88, 2007.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper nº 296).Disponível em: <http://community.eldis.org/.59b4ab37/dp296.pdf.> Acessado em: 19 jul. 2010

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07:** uma Avaliação. Curitiba: Deser, 2008.

GLIESSMAN, S. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.

GUZMÁN, E. S. El marco teorico de la agroecologia. *In:* GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, p. 221-248, 2006.

FAO. **The state of food insecurity in the world 2009.** Economic crisis, impacts and lessons learned. Rome: FAO, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FEBES). **IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final.** Goiás: Luziânia, junho de 2008.

IPCC. **Climate Change 2007 - Synthesis Report**. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Spain: Valencia, p. 12-17, November, 2007.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), p. 182, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

McMICHAEL, P. A food regime analysis of the "world food crisis". Agriculture and Human Values, Routledge, n. 4, December 2009. p. 281-295.

MEARNS, R.; NORTON, A. (Eds.). **Social dimensions of climate change:** equity and vulnerability in a warming world. Washington D.C.: The World Bank, 2009.

MOTTA, E. **O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária:** quantificando uma outra economia. Palestra apresentada durante a Jornada de Estudos Sociais da Economia, coorganizada pelo DCESE/IDAES e NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder, 2007. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/folder_tbase2007.pdf>.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, n. 36:1, p. 171-196, January, 2009.